

IBÉRIA ROMANA

Vinte anos haviam sido suficientes para a conquista romana da Sicília Cartaginesa; menos disso fôra preciso para apagar definitivamente Cartago do número das grandes potências; poucos anos mais bastaram para a destruição da Macedónia e rápido estabelecimento da hegemonia de Roma sobre o Oriente Helénico. Em sete anos, apenas, César dominou a Gália.

Para conseguir a conquista pacífica da grande península Mediterrânica ocidental, Roma gastou cerca de dois séculos: desde 218 a 19 a. C.

De facto, a conquista, logo assegurada indestrutivelmente no decorrer da segunda Guerra Púnica, com a expulsão definitiva dos Cartagineses da Espanha, e com a divisão desta nas duas províncias, Espanha Citerior e Espanha Ulterior, em 197 a. C., foi prejudicada na sua conservação e na sua expansão por causas múltiplas, entre as quais se podem citar: a natureza geográfica do País, a sua fragmentação em uma miríade de «clans», a insuficiência de um grande número de capitães enviados por Roma, a restrição dos relativos contingentes, as constantes guerrilhas entre elementos espanhóis e elementos romanos da crise do regime republicano, a lentidão com que se concretizou o programa imperialista de Roma. Mas, deve também dar-se o justo merecimento às qualidades fundamentais, às virtudes proeminentes da raça lusitana e ibérica, tão freqüentemente exaltadas pelos próprios autores clássicos: ambição de independência, espírito belicoso (também vulgar nas mulheres), carácter destemido, coragem, lealdade, fidelidade, suprema indiferença pela morte, considerada como salvação da velhice, da escravidão e dos infortúnios. E não se contam na história de

Roma os actos de heroísmo, os sacrificios colectivos, a resistência aos assédios, à fome e às epidemias.

No ano 206 a. C. depois da vitória alcançada pelos Romanos junto de Ilipa, os habitantes de Astapa, preferiram, à rendição, deixar-se morrer combatendo, os que tinham armas, e os desarmados dirigiram-se com as mulheres, filhos e haveres, para uma fogueira acêsa na praça pública da cidade, a-fim de não encontrarem a morte nas chamas lançadas pelos atacantes. Os prisioneiros, tornados escravos por Catão, bebiam o veneno que levavam consigo, quando não conseguiam assassinar os seus senhores.

E memorável, além de outras, se tornou a resistência e a queda de Numância.

Os Numantinos, apoderaram-se do Cônsul Mancino com 24.000 homens (em 137 a. C.) e obrigaram-no a fazer um juramento de paz. O Senado, porém, repeliu tal juramento, ordenando, em lei senatorial, que Mancino fôsse entregue aos inimigos. Estes, todavia, generosamente, mandaram-no embora.

Poucos anos depois, o comando das operações militares foi assumido por Cipião Emiliano, o qual reorganiza a disciplina do exército e submete as populações rebeldes, e, por fim, ataca Numância, cercando-a dos processos de ataque, cuja descrição pormenorizada nos foi transmitida por Appiano e que, depois, encontrou a mais animadora confirmação nas escavações de Schulten: uma poderosa linha de circumvalação aproximadamente de 9 km. de comprimento, protegida em intervalos por sete campos entrincheirados, com tórres fortificadas — construções maciças que anunciam os acampamentos permanentes do período imperial — ; a corrente do Douro atravessada por amarras e traves, armadas de pontas de ferro, para impedir que os barcos penetrassem na cidade.

O capitão romano, tinha resolvido tomar Numância pela fome, e persistiu firmemente no seu propósito, até ao fim, recusando todos os combates e frustrando tôdas as tentativas de auxílio.

A bravura colectiva dos naturais não faltaram muitas ve-

zes os chefes que sabem personificar a virtude da raça e fazer-se seus intérpretes e propulsores, até atingirem o grau de heróis nacionais. Tal se deu entre os Lusitanos com Viriato, cuja fama ainda hoje vive em Portugal. De humilde origem, caçador e pastor, cingia-o a auréola sentimental do homem de aventura, do mensageiro romântico. Eram-lhe familiares todos os caminhos da montanha, refúgios e emboscadas.

Do comando de um núcleo de cavaleiros, rápidos como setas, Viriato passa, de repente, (a meio do século segundo a. C.) para o comando de um grande exército, sobre o qual exerce aquela irresistível fascinação, própria dos capitães de raça, acrescida do prodígio de façanhas lendárias, como por exemplo: a libertação miraculosa de 10.000 lusitanos em completa angústia, sem esperanças de salvação; o cerco pôsto, junto de Itália, a um exército consular inteiro, obrigado a capitular.

E, assim, um grande sonho o avassala: guiar os compatriotas na conquista da independência, numa vantajosa colaboração contra o inimigo comum. E Roma não se importou de chegar a pactos com êle e declará-lo amigo do povo romano, pois vê-o, confiadamente, cair vítima de inimigos traidores.

A sua fascinação, o seu poder de dominar, foram continuados, sessenta anos mais tarde, por Sertório, o famoso lugar-tenente de Mário, que tinha fugido de Itália para se afastar de Silla, o Sertório que, em certo momento, também surge como um herói da independência espanhola.

Depois de levar à revolta Lusitanos e Celtiberos e de adquirir, com surpreendente rapidez, o conhecimento perfeito do País, dos seus habitantes e da sua psicologia, ei-lo a desafiar fantasias, a animar corações e aparecer aos olhos de todos como um ser sobrenatural, em comunicação com os deuses, através da sua miraculosa cervazinha branca.

A tenaz virtude da raça, transmitida de geração em geração, e a destreza dos chefes retardaram, portanto, a pacificação da Península ocidental até à época de Augusto, em que, nas duas expedições de 20 e 19 a. C., Agrippa sufoca as últimas tentativas de rebelião. A repressão foi severa: estirpes

inteiras arrastadas para a planície para, assim, ser mais facilmente assegurada, em toda a região, a «*certa fides*» e a «*aeterna pax*» que Floro exaltou.

O eco destas lutas da era de Augusto, repercutiu-se, se bem que alterado, no famoso canto basco: «os estrangeiros de Roma oprimem-nos, mas a Biscaia eleva o seu canto de vitória. Octaviano, dominador do mundo, assedia-nos por mar e por terra. Para eles as áridas planícies; para nós os bosques e as cavernas dos montes. Eles têm duras couraças; mas os nossos corpos, se bem que desarmados, são ágeis. Por fim chegamos a pactos. A cidade do Tibre está longe, mas a força dos carvalhos mais robustos cede aos contínuos golpes dos machados».

Foi, portanto, penosa e fatigante a expansão romana da Espanha, mas Roma, desde os inícios desta expansão, estendia pacientemente a rede da latinização, trabalho que chegou a durar séculos.

Já em 207 a. C., Cipião o Africano, tinha fundado *Itálica*, com soldados do próprio exército, sobre a margem esquerda do Guadalquivir, no lugar duma antiga cidade Ibérica. Semelhantes povoamentos tinham, a seguir, dado origem a *Gracchuris*, no ano 180 a. C., por obra de Tibério Semprônio Gracco, o pai dos tribunos, depois da campanha contra os Celtiberos, e a *Carteia*, junto de Gibraltar, no ano 171 a. C. (quando lá foram estabelecidos, junto dos antigos habitantes, 4.000 filhos ilegítimos dos soldados romanos).

Outras colónias, anteriores a César, foram as seguintes: *Valentia* (que, destinada de princípio a acolher os antigos soldados de Viriato, serviu, depois, a uma fixação de veteranos); *Metellinum*, na Lusitânia, fundado em 71 a. C. chamada *Corduba* por Quinto Cecílio Metello, a qual devia ter sido sede de um *conciliabulum civium romanorum*, antes de ter sido tornada colónia por Pompeu ou talvez por seu filho Gneo; *Salacia* e *Hasta regia*.

Mas a fundação de colónias teve particular impulso com César e com Octaviano, quando colonos com direito latino e com direito romano, veteranos ou civis, foram transportados, quer

para criar novos centros, quer, como a maior parte das vezes, para se sobreporem às antigas comunas indígenas com igual concessão colectiva da «cidadania». E é *Cadice*, precisamente, a primeira cidade estrangeira à qual foi concedida a «cidadania» por César, em 49. E foram por ele próprio elevadas a colónias, na Espanha Citerior, *Carthago Nova*, *Celsa*, e *Emporiae*, acrescentando aos gregos e aos iberos (que já constituíam uma comuna) o «*tertium genus Romani coloni*», completando assim a fusão integral dos habitantes, com a extensão da cidadania a todos eles. Temos ainda *Hispalis* na Bética, à qual o ditador deu o nome de *Julia Romulea*; *Urso*, onde em 44 foi fundada uma colónia destinada também a punir a cidade, com a detracção de parte do território, por ter oposto encarniçada resistência às armas romanas: é a famosa colónia que, sob o nome de *Genetiva Julia Urbanorum*, reinia em si, ao mesmo tempo, a recordação do fundador a de *Venus Genetrix* e dos colonos provenientes do proletariado de Roma, esta famosa colónia em cujo regulamento encontramos um dos mais importantes documentos epigráficos: as notáveis táboas de bronze de Ossuna, contendo incluso o estatuto da fundação, dado por César. Não sabemos se remontam a César ou a Octaviano as colónias de *Acci* e *Ucubi* e mesmo a de *Tarracona* (*Julia victrix togata e triumphalis*), na qual, por certo, se teria estabelecido um presidio militar e um núcleo de cidadãos romanos, ainda antes de César.

Remontam, certamente, ao tempo de Octaviano: *Astigiana*, *Tucci* e *Emerita*, onde em 25 a. C. foram associados elementos indígenas pelos veteranos da V e X legiões. O facto é que, segundo as estatísticas de Augusto, nas quais se inspirou Plínio, a Espanha contava já pelo fim do século primeiro a. C., cerca de cinquenta cidades, entre municípios e colónias, com o direito romano, e quasi outras tantas com o direito latino. Estas colónias foram um poderoso instrumento de romanização e apenas uma das provas da grande afluência de elementos itálicos, verificados, especialmente, nas regiões mais desenvolvidas da Península, a partir do princípio do século primeiro a. C., afluência que teve extraordinária importância, indo muito além da de-

ducção das colónias. Agora, a grande corrente emigratória do estado romano e da Itália, que, no século segundo a. C. se tinha dirigido, de preferência, para o Oriente, voltou-se para o Ocidente, devido à progressiva decadência económica do levante, em contraste com a illusória atracção dos recursos virgens da província ocidental. E, nas emigrações, não só tomou parte a burguesia das cidades italianas mas ainda as classes rústicas, que tanto deviam ter sofrido nas violentas convulsões da guerra civil, especialmente por causa dos confiscos e novas distribuições de terras, feitas continuamente entre os veteranos dos exércitos combatentes.

Por esta ininterrupta afluência de cidadãos romanos e itálicos, já no final da era pagã, a Bética, a costa da Terracônica, e as baixas planícies da Lusitânia, tinham, como a Gália Narbonense, em grande parte, o aspecto duma região italiana. (Em muitas cidades a classe dirigente tinha sido substituída por romanos, e o resto da população urbana ia assimilando a língua e os costumes da classe dominante).

Latinos e itálicos deram impulso ao aproveitamento de todos os recursos da Espanha, entre os quais se devem enumerar, como mais importantes, o minério, os produtos do solo, especialmente a oliveira e a vinha, e o comércio que se lhes juntava. Entre todas as riquezas sobressaia a das minas: de ouro, na Espanha meridional e oriental, na Lusitânia e especialmente nas Astúrias e Galiza; de prata, na Bética e na Celtibérica (particularmente importante aquela, perto de Carthago Nova, que se estendia por quatrocentos estados e, segundo testemunho de Políbio, rendia ao erário 25.000 dracmas por dia).

Além destas havia outras mais importantes, como as de ferro, de cobre, de chumbo, de estanho, do qual havia um pouco espalhado por toda a parte, mas particularmente abundante no Noroeste e na Lusitânia.

Menos importantes do que estas minas, mas numerosas também, eram as pedreiras de mármore.

São conhecidos os meios empregados pelos romanos para a exploração das minas quer dirigindo-as directamente, quer ven-

dendo-as, ou arrendando-as a particulares; mas provêm mesmo de Portugal alguns importantes documentos epigráficos, que lançaram um facho de luz sobre a administração mineira, não só da Lusitânia, à qual se referem especialmente, mas do império em geral. Refiro-me às duas inscrições gravadas sobre tábuas de bronze, e encontradas perto de Aljustrel, uma em 1876 e a outra trinta anos depois, a primeira certamente da era dos Flávios, e segunda do tempo de Adriano. A de 1876 contém uma *lex* que se refere à *metallum Vipascense*; a segunda, ou tem o mesmo objecto, ou pertence a um mais vasto regulamento, de carácter geral.

Estes textos permitem-nos seguir, muitas vezes, nos mais pequenos pormenores, a organização daquele distrito mineiro. A mina era arrendada pelo fisco a uma *societas* com os componentes *manicipes* e a respectiva família servil.

A par do arrendamento geral, havia também arrendamento de poços, separadamente, tendo, neste caso, os inquilinos principais, direitos a uma percentagem do lucro e também à reserva das escórias tanto do cobre como da prata e do seu pó. À testa da mina estava um procurador imperial, que, por sua vez, ainda dependia de outro de grau superior que, na lei mais antiga, era chamado *procurator metallorum* ou *procurator qui metallis praeerit*, (o qual era considerado como procurador geral, não de todas as minas da Espanha, mas de cada categoria de minas de género afim, espalhadas nas três províncias, ou então como o chefe de todas as minas exclusivamente do distrito da Lusitânia).

Estes documentos explicam claramente que a mina tinha um território próprio, com uma organização comunal do tipo *vicus* e *pagus* inteiramente independente das vizinhas comunas em cuja organização o *procurator metallorum* tinha a categoria dos magistrados municipais; e o que, a maior parte das vezes, salta à vista nestes textos, é a organização precisa, quasi meticulosa, por meio da qual a administração imperial providenciava a todos os serviços e abastecimentos necessários à aglomeração do pessoal. Revive assim diante dos nossos olhos uma das mais

antigas cidades operárias perdida em região solitária e impérvia. A administração ocupa-se de tudo, a começar pelos banhos, que o gerente deveria aquecer e ter prontos tôdas as manhãs: para as mulheres desde a alvorada até cêrca do meio dia, para os homens depois do meio dia até ao crepúsculo. As mulheres pagariam o dôbro dos homens, enquanto que os adolescentes e os soldados podiam fruir êstes banhos gratuitamente. Os tanques deveriam ser lavados freqüentemente. Junto dos banhos havia os serviços de «toilette», entregues a *artifices idonei*, e ainda a lavanderia. Em volta das minas havia uma perfeita organização de um movimentado trabalho para a exploração das escórias e das poeiras, não faltando sequer disposições relativas aos mestres-escolas: «*Ludi magistros a procuratore metallorum immunes esse placet*».

Eram também ricos os recursos hídricos do País, alguns particularmente salubres, dando assim origem a importantes estações de cura na região das fontes minerais. Sabemos da estada de Augusto numa destas, perto dos Pirineus, e, duma outra de local desconhecido chegou-nos uma importantíssima representação numa taça de prata, ornada de baixos relêvos, encontrada em *Castro Urdiales*. Vê-se, nesta taça, o local da nascente *Salus Umeritana* e servos que enchem as ânforas do precioso líquido, um tonel sôbre um carro puxado a mulas; mais adiante estão representados doentes, a quem é dada a taça miraculosa, e outros que, já curados, sacrificam sôbre o altar.

Por muito importantes que fôsem as minas, elas não eram senão ilhas em um vastíssimo mar de campos e prados, desde que se verificou também através da Espanha, aquilo que Rostovzev, melhor do que ninguém, reconheceu como o traço proeminente da estrutura social e económica do Império, isto é: a importância capital da agricultura.

Os principais produtos agrícolas eram: o trigo, abundante nas regiões costeiras orientais e na Bética, onde figura a espiga em moedas de muitas das suas cidades; o azeite abundantíssimo, especialmente, também na Bética (mas vastos olivais enriqueciam também a Lusitânia e a região central); o vinho,

a cuja produção se referem muitas notícias de escritores, como: Estrabão, Plínio, Silio Itálico, Marcial, ao mesmo tempo que nos dão prova do desenvolvimento do seu fabrico e da cultura da vinha os seguintes documentos da mesma época a que se referem êstes escritores: moedas tendo por emblema um cacho e pedras tumulares da Lusitânia em forma de dolo (grande vaso bojudo que servia para conter azeite).

Além dêstes produtos, ainda noutras regiões, especialmente na parte oriental, tinha medrado largamente o esparto, que fôra importado da África pelos cartagineses.

Na península abundava também o gado: bovino e ovino na Bética e nas regiões ocidentais; cavalar especialmente na Lusitânia; muar na Celtibéria. As regiões costeiras eram riquíssimas em pesca.

Produtos minerais e naturais deram lugar a um reduzido movimento industrial, que ainda nos aparece mais limitado, se o confrontarmos com o grande desenvolvimento industrial da Gália. Por exemplo, o mercado espanhol, na época imperial, não obstante a maravilhosa riqueza em metais, foi literalmente invadido pelo vasilhame metálico céltico: e podemos dizer que a antiga indústria metalúrgica espanhola não andou muito longe da produção das lâminas de Toledo que têm efectivamente uma celebridade duas vezes milenária. Mais desenvolvida ainda era a indústria textil, cujos produtos são celebrados por Catullo e por Silio Itálico. Bastante activa também a produção do cordeame para navios, fabricado com esparto.

Da abundância da pesca nasceu a indústria da conserva e seca do peixe; e foram descobertos por Belo interessantes ruínas de construções romanas com grandes estabelecimentos para tal fim.

Ainda mais importante do que o desenvolvimento industrial, foi o comercial, alimentado pelas riquezas mineiras e agrícolas do País, que já descrevemos.

Já nos fins da República, o comércio de exportação era muito florescente, mas teve depois a sua plenitude de desenvolvimento sob o Império. Dos portos de Emporiae, Rhodae, Car-

thago Nova, Gades, e mais tarde também de Lisboa, levantavam ferro os navios em direcção a Ostia e a Pozzuoli, com cargas de metais e produtos agrícolas.

As ânforas de Testuccio afirmam eloquentemente as proporções que assumiu a exportação do vinho, do azeite, e do trigo. E, aqui, pouco importa se esta exportação, em qualquer caso, foi uma exportação fiscal: geralmente foi produto do comércio privado. Não faltam testemunhos epigráficos dos *negotiatores*, *mercatores olearii* e *frumentarii*.

Eram ainda objecto do tráfego: o cordeame, os tecidos e as conservas de peixe. As exportações da Península tiveram principal saída para Roma, Itália, Gália, Germania e províncias do Oriente, como se sabe pelas notícias de Estrabão, Plínio e achados arqueológicos.

Intimamente ligado com o tráfego e com o comércio está o desenvolvimento da rede de estradas.

Para cá dos Pirineus encontraram-se cipos miliários, dos mais antigos.

Já em 121 a. C. se tinha começado a abrir a grande via que conduzia do Norte a Cartagena, ao longo da costa oriental, por Valência. Uma estrada mandada construir por Augusto conduzia de Cartagena a Cadiz, através de Corduba e Sevilha. A Lusitânia tinha também a sua grande estrada costeira até à margem Cantábrica; de Mérida irradiavam oito estradas. Ainda mais numerosos eram as estradas de Bética, onde, por linhas transversais, convergiam, entre elas, os grandes rios, enquanto outras delas seguiam pelos vales. Por outro lado os rios principais eram nevagáveis em longa extensão, e alguns autores fazem alusão a canais abertos com o fim de ligar os estuários, prova do admirável progresso da hidráulica, da qual se tem tantos exemplos no solo africano.

Assim, a Espanha e Portugal, tornaram-se, no Império, por muitos decênios, a terra prometida da colonização itálica, onde continuaram a afluir capitalistas da classe senatória e equestre, funcionários imperiais, agricultores e industriais, que, fundindo-se com os descendentes dos antigos colonos e com alguns re-

presentantes das classes superiores pré-romanas, constituíram as classes burguesas das cidades em progressivo florescimento e civilização.

Vespasiano concede em 74 o direito latino a tôdas as tribus da Espanha, o que, se não implica que elas estivessem já completamente romanizadas, demonstra que, ao menos uma parte da população, tinha tomado o seu colorido de romanização até poder constituir, assim, um corpo de dirigentes sobre o modelo municipal romano, capaz de governar o resto da tribu. E a vida citadina tomou o seu magnífico desenvolvimento paralelamente ao espectáculo grandioso que nos dão, na mesma época, quasi tôdas as províncias. São testemunho disso os gloriosos progressos de tantas cidades espanholas e portuguesas.

Os avanços da romanização verificavam-se, portanto, em Espanha, com meios idênticos aos que se empregavam em todo o Império: fundação de colónias, afluência de cidadãos romanos e de itálicos perfeitamente latinizados, difusão da civilização romana entre os indígenas através dos mais variados processos, quer directos quer indirectos. Destaca-se, entre estas influências, a que diz respeito aos arrolamentos militares. Os romanos, apreciando de modo particular a lealdade e a fidelidade dos espanhóis, fizeram dela uma das principais fontes do seu recrutamento. César constituiu de espanhóis a sua guarda de corpo, e foram sempre numerosos os contingentes ibéricos, quer nas coortes auxiliares, entre as quais gozaram de particular fama as coortes equestres, muito selectas nos homens e até nos cavalos, que eram ágeis e aptos tanto para montes como para planícies. Ocorrem-nos as palavras dum capitão árabe ao Califa, num comunicado: «a cavalo êstes espanhóis parecem águias; leões na defesa da sua cidade». E todos sabem que cimento coesivo e que cadinho de fermentação e de fusão das energias provinciais tinham representado os exércitos do Império.

Não é para admirar que, na Espanha, que tinha sido a mais antiga província transalpina e que estava ligada à Itália, além de fáceis meios de comunicação, por intensas e variadas relações comerciais, a romanização tivesse sido mais rápida e completa

que em qualquer outra parte: o latim das inscrições espanholas e portuguesas tem peculiar carácter de pureza e não poucos traços de arcaísmo; e, nos primeiros decênios do Império, a língua latina prevalecia já, como tínhamos mostrado, na Andaluzia, na Catalunha e em Aragão.

A Espanha aparece, assim, como parte constitutiva e integrante do Império romano, órgão vital do seu desenvolvimento e da sua função.

Não deu ela imperadores a Roma? Trajano e Adriano, um e outro naturais de Itália, o primeiro de pai oriundo da mesma cidade e o segundo de mãe nativa de Cadiz; M. Aurélio, cuja família era originária da Bética; Teodósio, oriundo de Cauca.

E a literatura latina e espanhola não teriam atingido essa altíssima virtude? Se no tempo de Cícero os poetas latinos de Córdoba eram um objecto de deleite, já na época de Augusto a Espanha enviara a Roma o erudito filósofo Higino; e M. Porcio Latro, mestre de Ovidio, e Anneo Seneca, o pai de Seneca filósofo, abriam as suas escolas de retórica, primeiro na Pátria e depois em Roma. E eis a Espanha colocada à frente do movimento literário da chamada idade de prata, justamente com Seneca filho, com Lucano, Marcial e Quintiliano, não falando já em Pompónio Mela e Columella. Muitas vezes torna-se incerto saber se estes personagens, que reuniram em si os supremos expoentes da vida política e literária, são espanhóis romanizados ou descendentes de famílias romanas, residentes em Espanha, há mais ou menos tempo; em qualquer caso, é talvez mais provável a segunda alternativa; mas, também nesta hipótese, estes insígnies homens teriam constituído sempre uma prova da enorme influência do ambiente «epicório» e da capacidade criadora, que brota da fusão do génio «autoctono» com o latino. E eis Seneca o velho, «homem de rijos princípios, apegado aos costumes, que não gosta da demasiada cultura nas mulheres, nem muita filosofia nos homens» e que, em questões de pureza feminina se mostrava exigentíssimo — «uma mulher não é nunca muito casta se se lhe pergunta se é casta»: «*nulla satis pudica esta de qua quaeritur*».

O temperamento espanhol de Seneca transparece na fecundia, na penetrante agudeza das descrições lógicas, em certos traços sentimentais e na exuberância do engenho, pondo também de parte a prodigiosa memória, singular dom da sua natureza pessoal: era capaz de reter dois mil nomes e repeti-los pela ordem em que lhos tinham dito, e recitar duzentos versos acabados de ouvir, começando pelo último. E quantos elementos põem em relêvo o temperamento «epicório» ou pelo menos a influência do ambiente originário, em Seneca o filósofo! Deriva dêste Seneca, pelo menos em parte, aquela onda de misticismo que o fez comparar a S. Paulo do qual é, contudo, essencialmente distante.

Vem de Seneca, de origem provincial, a incondicionada adesão ao universalismo estoico, ao mesmo tempo que indubitáveis traços de espanholismo se encontram através da sua arte e do seu estilo que se afasta da característica e da simplicidade clássica por demasiada exuberância.

Lucano, que tinha sido levado para Roma pelos pais aos oito meses, e lá tinha frequentado as escolas dos melhores mestres, completa a sua educação em Atenas. Mas, apesar da sua origem espanhola, tudo facilmente se reflecte na precocidade impetuosa do intellecto, na susceptibilidade do amor próprio, no ardente prorromper da paixão com que se deu todo à conjuração Pisioniana contra Nero, da qual foi o porta-bandeira, prometendo até que haveria de trespassar, êle próprio, o príncipe. Ao mesmo tempo, a sua origem reflecte-se na grande impressionabilidade de ânimo, quando, descoberta a conjuração, êle cai nas mãos de Nero. Pela timidez então revelada, pôde valer para o redimir a estoica beleza da sua morte, suavizada pela recitação dos próprios versos.

Na arte de Lucano não faltam traços de baroco, que se manifestam através da ênfase sonora dos apóstrofes e do estilo pomposo, talvez exuberante, da linguagem e do lúgubre desalento de algumas das suas visões.

O apogeu da literatura latina da Espanha assinala-o, talvez, Quintiliano, no qual se manifesta a mais perfeita conca-

tenação da cultura provincial com o desenvolvimento literário da mãe Pátria e a mais perfeita assimilação do gosto e das tendências latinas.

O seu manual de retórica transforma-se numa história da literatura latina, cheia de sensibilidade penetrante, de equilíbrio crítico, de inflamado amor às glórias da literatura nacional. Depois de Quintiliano, a literatura latina decai na Espanha, assim como nas outras províncias, mas as escolas, ali, multiplicam-se em proveito de uma maior difusão da cultura e duma elevação do seu nível médio; e, pelos fins do século IV, voltará à Espanha a palma poética com o poeta máximo dos primeiros tempos do cristianismo — Prudencio — que entre os cantores da fé será o que se inspirará no mais profundo sentido da Romanidade e celebrará Cristo como «*Salvator generis Romulei*».

Assim se imprimia na literatura latina o cunho profundo do génio, do temperamento e do ambiente lusitano e ibérico. E seria tarefa cheia de atractivo para a Espanha, assim como para as outras províncias, prosseguir atentamente em todos os campos, através de todos os factores da reconstrução histórica, o jogo combinado dos elementos indígenas e dos elementos romanos. Tínhamos já visto junto de Emerita os veteranos romanos associados com elementos indígenas; mas, através de toda a história, aquela cidade torna-se um centro e um posto romano fortificado, em volta do qual continuaram a prosperar as belicosas populações da Lusitânia. Da mesma forma, nas partes altas da península, muitas vezes, não obstante a fixação de colonos romanos ou a concessão da cidadania às classes mais elevadas, realiza-se com processo talvez lento a formação de uma burguesia indígena romanizada: o grosso da população ficou constituído por camponeses e pastores que teriam persistido nas anteriores condições de vida — são aquêles elementos que nos textos epigráficos aparecem com o nome de *incolae* ou *contributi*, e talvez especificados como *intramurani*.

Assim, desta forma, no território das novas cidades, mais ou menos romanizadas, e não raro também em territórios seus, continuavam a viver, tribus, estirpes e *gentes*; e foi particular-

mente característico da Espanha o enorme número destes núcleos, ligados, ou a centros citadinos, ou a simples castelos. (Um geógrafo antigo chamava à Espanha «país de mil cidades», e Pompeo, elevando o seu troféu, vangloriava-se de ter submetido 876 entre os Alpes e as colónias de Hércules; Plínio apontava, na época de Augusto, 513 dessas cidades, das quais 293 na Tarraconense).

É de notar que os romanos, a despeito do princípio do *divide et impera*, que lhes é muito abusivamente atribuído, longe de aumentarem as divisões, favoreceram pelo contrário a formação de maiores unidades, estimulando sempre o desenvolvimento da vida citadina. As 293 comunas da Tarraconense do tempo de Augusto, das quais 114 não tinham nessa época constituição citadina, no século seguinte ficaram reduzidas a 275, das quais sómente 27 não eram ainda elevadas a cidade.

Um órgão especialmente notável de aproximação e de fusão das províncias entre si e com Roma, foi a instituição do culto ao imperador, cuja importância na vida do império todos reconhecem. Relativas a este culto, são perfeitamente conhecidas as assembleias provinciais, que, relacionando-se não raras vezes a precedentes reuniões, constituídas pelos representantes de cada cidade de uma província, e possivelmente de um conjunto de províncias, foram, durante o império, notáveis órgãos de união entre os súbditos e o imperador, entre a periferia e o centro. O culto imperial não era sómente uma das principais atribuições dessa assembleia, que era, de verdade, presidida pelo governador. Este não se podia opôr à manifestação de desejos ou censuras que lhe fossem dirigidas e que, se tivessem a maioria dos votos, eram levadas a Roma, à presença do Senado ou do Imperador, por embaixadores da assembleia. E o Imperador respondia directamente aos habitantes da província, reconhecendo na actividade da assembleia um eficaz órgão de apreciação da conduta dos seus funcionários. E é por isto que as relações pessoais entre o imperador e as assembleias provinciais se tornaram tanto mais intensas e frequentes quanto mais o governo imperial se voltava para a autocracia.

Na Espanha encontram-se testemunhos particularmente notáveis da actividade das assembleias. Numerosas as bases honorárias de *flamines* e das suas consortes e, mais importantes, se bem que menos frequentes, as de embaixadores de Roma, elogiados pelo zelo e desinterêsse com que tinham cumprido as suas difíceis missões.

Tacito informa-nos dum processo a que, certamente por iniciativa da assembleia provincial, foi submetido o cônsul Vibio Sereno, em 23 d. C., processo êste que terminou com a condenação do acusado «*ob atrocitatem morum*». O jovem Plinio, dá-nos notícias de outros dois processos contra o «procurator» Bebio Massa e contra o «pro-consul» Cecilio Clássico, nos quais êle defende as queixas dos habitantes das províncias.

Portanto, através do desenvolvimento histórico de que temos falado, os elementos fundamentais, Espanha e Portugal, tinham-se latinizado profundamente, tornando-se assim um baluarte principal da Romanidade; mas, apesar disto, as sãs energias da vida provincial, longe de serem sufocadas, continuaram a expandir-se livremente nos usos e costumes, na religião, nas artes e, tanto quanto possível, na indústria. De maneira que a Espanha e Portugal modernos encontram as suas raízes naquêlê incomparável *humus* do império romano, no qual os mais variados elementos étnicos e as mais diversas formas de civilização encontraram a sua coordenação e a sua suprema harmonia (ainda hoje nos montes da Biscaia e de Navarra sobrevivem os restos das raças indígenas e da sua língua, de verdade diversa das indo-europeas; e tudo faz crer que, aquilo que se constata hoje nas zonas montanhosas, que permaneceram intactas à influência dos Godos e dos Árabes se verificasse em muito mais larga escala na idade romana).

Ocupando o lugar mais elevado das raças lusitanas e espanholas na era romana, estão: os príncipes, os heróis, os poetas e mais tarde os santos. Nas camadas mais baixas, das quais sai a linfa que perpetua e renova a vida dos povos, está a massa dos humildes: soldados, camponeses, pescadores, operários e mineiros. Em Linhares foi encontrado, não há muito tempo, um

baixo relêvo romano, no qual com rude realismo é representada uma fila de nove musculosos mineiros indígenas. Parece que se destacam do fundo e vêem impetuosamente para nós. Vestiam uma pequena túnica, conservando nua a parte superior do corpo, e as pernas descobertas. Um dêles levanta sobre o ombro a picareta, enquanto o seu vizinho segura uma lanterna; em seguida a figura mais alta de um operário chefe, com um par de grandes tenazes de dupla dobradiça.

São os longínquos progenitores das classes de operários de Portugal e da Espanha que, ainda hoje, constituem um dos principais factores da vida económica dos grandes estados; e ainda hoje ao seu som materno a voz de Roma, a maior intérprete humana das leis sobrenaturais, procura integrar as relações sociais na ordem e na justiça.

SEN. GIUSEPPE CARDINALI

Director da Faculdade de Letras de Roma